

EMENDA Nº - CCJ
(PEC nº 45, de 2019)

Altere-se a redação do artigo 11 da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019, que passa a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 11. A revogação do art. 195, I, ‘b’, não produzirá efeitos sobre as contribuições incidentes sobre a receita ou o faturamento vigentes na data de publicação desta Emenda Constitucional ou que tenham a vigência prorrogada após a data de publicação desta Emenda Constitucional e que substituam a contribuição de que trata o art. 195, I, ‘a’, ambos da Constituição Federal, e sejam cobradas com base naquele dispositivo, estando a referida sistemática tributária de substituição da contribuição de que trata o art. 195, I, ‘a’, da Constituição Federal em linha com o disposto no art. 30 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 e com a Constituição Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda é o esclarecimento inequívoco sobre a contribuição patronal constante no art. 30 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 a fim de proporcionar a devida segurança jurídica.

A medida consiste na troca da base de cálculo da contribuição patronal referente ao INSS incidente sobre a folha de pagamentos pela tributação sobre a receita bruta da empresa (Desoneração da Folha). É importante destacar que se trata de uma opcionalidade das empresas, e que a troca de base tributável de 20% sobre a folha de pagamentos é alternada para um percentual da receita bruta, que varia de 1 a 4%.

Atualmente há 17 setores nesta política e entre os anos de 2017 e 2022, tiveram um crescimento de 15,5% de empregos, ou seja, 1,2 mi empregos gerados adicionalmente. Os salários dos referidos setores contaram com aumento de 20,7%, ou seja, a medida foi efetiva na geração de postos de empregos formais e na distribuição de renda aos trabalhadores.



Insta salientar que a Emenda Constitucional nº 103, promulgada em 2019 (Reforma da Previdência), alterou o § 9º, do artigo 195, da Constituição Federal para vedar a base de cálculo diferenciada para a contribuição previdenciária sobre a folha de salários. Contudo, o artigo 30, da referida Emenda Constitucional, ressaltou as substituições já instituídas à época da promulgação, qual seja 12 de novembro de 2019.

Isto posto, e apesar das várias e sequenciais prorrogações desta política por meio de Projetos de Leis aprovados pelo Congresso Nacional e o entendimento consolidado do STF por meio da decisão favorável nos autos da ADI 6632/2021, ainda há linhas que sustentam a sua inconstitucionalidade frente ao disposto constitucional, o que essa emenda visa apaziguar definitivamente.

Sala da Comissão,

SENADOR IZALCI LUCAS
(PSDB/DF)

